

Educação **Bananas educacionais**

Pela primeira vez a questão educacional brasileira deixou de ser um assunto de pedagogos, ou um mero problema orçamentário, para passar a merecer as atenções do Ministério Público. O procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro, Antônio Carlos Biscaia, instaurou inquérito para apurar as responsabilidades e os prejuízos causados aos alunos da rede pública de ensino carioca devido à greve, no caso dos professores municipais há praticamente um mês, e no dos educadores estaduais, desde o início desta semana.

Depois de ler parecer preparado por três promotores públicos, o procurador-geral também considerou as sucessivas paralisações do magistério ofensivas tanto à Constituição federal quanto ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

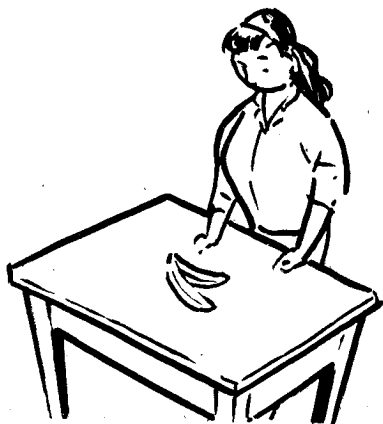
O histórico dessas freqüentes paralisações é especialmente preocupante. Nos últimos quatro anos, com exceção desta greve que agora se inicia, os professores do Estado do Rio de Janeiro pararam seu exercício profissional durante exatos 179 dias. Ou seja, um ano letivo! Se tomarmos em conta os últimos 13 anos — isto é, a escolarização básica e de segundo grau de toda uma geração —, estes mesmos educadores estiveram em greve durante 20 meses!! Definitivamente, a carga horária de toda uma geração de diplomados não está completa.

É claro que todas essas greves tiveram o mesmo denominador comum: os salários dos professores. Saber que uma hora/aula do ensino básico do Estado do Rio de Janeiro compra exatas três bananas, ao preço da primeira semana de fevereiro, explica muito dessa sequência de paredes educacionais. Que estímulo pode ter um profissional que faltando cinco anos para a aposentadoria, com curso de pós-graduação, descobre que

pode receber no máximo US\$ 130 por mês de trabalho? Este dado, em absoluto, não combina com a eterna propaganda política do governador responsável por estes índices, de que o “compromisso maior” de seu governo é com a Educação, e por isso constrói Centros Integrados de Educação Pública (Cieps). É preciso ver que em 1983, primeiro ano do governo Brizola, o docente estadual recebia como piso US\$ 335; no final dessa primeira gestão, os professores recebiam US\$ 174... Hoje, quando recebem pouco mais de US\$ 100 de salário, eles reivindicam, em greve, uma recuperação para um piso de aproximadamente US\$ 240.

A ausência de bom senso está tanto nesses valores pagos como salário a um educador quanto no número absurdo de dias de greve que estes mesmos educadores vêm acumulando. O contribuinte, que pagou para educar seu filho, paga agora a conta dessa perversa percepção do Estado, e também do professor, do que seja o ensino público.

Com razão, o Ministério Público tomou providência. Educação não é uma brincadeira, seja para quem a entende como uma simples construção de sucessivos “outdoors de concreto pedagógico”, seja para quem a pratica a partir de repetidas assembleias e greves.



15 MAR 1984
ESTADO DE SAO PAULO